



## Eleição: uma nova e grave ameaça

Uma eventual vitória de Flávio Bolsonaro (PL) no segundo turno, marcado para 25/10, colocaria no centro do debate o futuro dos bancos públicos e das políticas sociais. O programa de governo do candidato prevê a retomada do Programa Nacional de Desestatização, reabrindo a possibilidade de privatizações, que reduz o papel do Estado em áreas estratégicas.

Para os bancos públicos, como Banco do Brasil e Caixa, vale redobrar a atenção. O programa fala em retomar as desestatizações e em avaliar onde a presença do Estado "deixou de fazer sentido". O BB já teve o nome ventilado.

O risco, no entanto, vai além dos bancos. A Petrobras e os Correios também aparecem no debate. Quer dizer, nada está garantido. O que se sabe é que o candidato



to andou prometendo muitas coisas a Trump de olho nas riquezas do Brasil.

Outro ponto de preocupação envolve aposentados e beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada). Uma proposta discutida pela equipe econômica de Flávio quer desvincular os benefícios do salário mínimo, limitando os reajustes à inflação. A medida pode prejudicar cerca de 28 milhões de pessoas.

## Direito à desconexão garante respeito ao descanso do bancário

A nova Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) dos bancários, com vigência até 2028, assegura o direito à desconexão. A cláusula determina que o tempo fora da jornada deve ser respeitado, impedindo cobranças, ligações e mensagens de trabalho durante períodos de descanso, intervalos, fins de semana, feriados, férias e licenças da bancária ou do bancário.

A conquista estabelece um limite importante diante do avanço do trabalho remoto e das tecnologias de comunicação. Terminada a jornada, o bancário tem direito a

se desconectar, preservando seu tempo para descanso, família, lazer e cuidados com a saúde.

Não existe saúde mental sem descanso, sem tempo para a família, para os amigos, para o lazer e para cuidar de si. O direito à desconexão é uma conquista muito importante porque estabelece um limite necessário: terminou a jornada, terminou a obrigação de estar disponível para o trabalho. A tecnologia deve facilitar a vida do trabalhador, e não transformar cada minuto do seu dia em tempo à disposição do banco.

## Contribuição fortalece a luta

A contribuição sindical é essencial para garantir a organização e a defesa dos direitos dos trabalhadores. Com o fim da obrigatoriedade do imposto sindical, estabelecido pela reforma trabalhista de 2017, o financiamento das entidades passou a depender ainda mais da participação consciente da categoria.

Os recursos permitem manter atividades essenciais, como campanhas salariais, assistência e defesa jurídica, mobilizações, negociação coletiva e projetos de informação e conscientização dos trabalhadores. É essa estrutura que garante ao Sindicato condições para enfrentar as negociações com os bancos e defender os interesses da categoria.

Na Caixa, o Sindicato mantém o compromisso com a transparência e, respeitando a decisão do TST (Tribunal Superior do Trabalho) no julgamento do dissídio do banco, garante aos empregados o direito de solicitar o não desconto da parcela destinada à entidade.

## Mercantil: negociação garante avanço na PLR

A atuação da Comissão de Organização dos Empregados (COE) garantiu avanço no programa próprio de PLR do Mercantil. Pela nova proposta, funcionários desligados sem justa causa terão direito à PLR proporcional, de 1/12 por mês trabalhado, a negociação ocorreu na sexta-feira, dia 02 de outubro. A COE também questionou o aumento da meta de lucro líquido e conseguiu reduzir a proposta do banco de R\$ 1,4 bilhão para R\$ 1,2 bilhão. O Movimento Sindical segue negociando a implementação do PCR.

## Santander trava negociações com a COE

Em negociação na quinta-feira (01), o Santander interrompeu as negociações com a Comissão de Organização dos Empregados (COE) após apresentar uma proposta considerada insuficiente diante das reivindicações dos trabalhadores. O banco deixou a mesa sem apresentar novos avanços e não retornou as negociações até o momento. Diante da postura de intransigência, o movimento sindical vai reagir com mobilização e protesto cobrando do banco a retomada do diálogo, com uma proposta que contemple de fato as demandas dos funcionários.

## Fim da escala 6x1 avança no Senado Federal

A PEC que prevê o fim da escala 6x1, garantindo a quase 40 milhões de trabalhadores, dois dias de descanso remunerado na semana, começou a ser debatida no Plenário do Senado nesta terça-feira (6). A proposta garante dois dias de descanso remunerado por semana e pode beneficiar cerca de 40 milhões de trabalhadores. O senador Flávio Bolsonaro (PL) é contrário à redução da jornada e já atuou para impedir o avanço da proposta. O movimento sindical defende o fim da 6x1 como medida de valorização do trabalho, garantindo mais tempo para a família, lazer, estudo e descanso aos trabalhadores.